

I Congresso Histórico Internacional

AS CIDADES NA HISTÓRIA: POPULAÇÃO

24 a 26 de outubro de 2012

ATAS

Cidade Moderna
Coordenação: Carlota Santos - Universidade do Minho
csantos@ics.uminho.pt

2012

FICHA TÉCNICA

Título
I Congresso Histórico Internacional
As Cidades na História: População

Volume
III – Cidade Moderna II

Edição
Câmara Municipal de Guimarães

Coordenação técnica
Antero Ferreira
João Abreu
Isabel Pinho
João Costa

Fotografia capa
Paulo Pacheco

Design gráfico
Maria Alexandre Neves

Tiragem
250

Data de saída
Julho 2013

ISBN (Obra completa)
978-989-8474-17-9

ISBN (vol. 3)
978-989-8474-14-8

Depósito Legal
364247/13

Execução gráfica
GRECA - Artes Gráficas

Produção gráfica
www.forward.pt

ÍNDICE

Cidade Moderna II

- pág. 9
Agregados domésticos na paróquia da Sé de Angra no século XVIII. Uma abordagem a partir dos registos paroquiais e dos róis de confessados
Maria Hermínia Moraes Mesquita e José Guilherme Reis Leite
- pág. 31
Marriages and births in small towns and neighbouring villages in the 17th and 18th centuries (examples from southern Poland)
Piotr Miodunka
- pág. 59
Movimientos migratorios en las ciudades andaluzas: los portugueses en la Córdoba del siglo XVII
Juan Aranda Doncel
- pág. 79
Maxambomba de Iguassu: de fazenda à cidade
Lúcia Silva
- pág. 99
Colonizando la frontera. Proyectos repobladores en Castilla a inicios de la edad moderna
María Amparo López Arandía
- pág. 129
?Moradores não tão iguais: organização socioespacial na América Portuguesa (início do século XIX)
Allan Thomas Tadashi Kato
- pág. 147
¿De villa a ciudad? La conversión de las villas gallegas en capitales municipales (1750-1850)
Ana M. Sixto Barcia e Fernando Suárez Golán
- pág. 171
La ville de Nâsâud et les changements de mentalité de ses habitants pendant la deuxième moitié du XIX^{ème} siècle
Dana Maria Rus
- pág. 193
Ciudades, villas y lugares: urbanización y jerarquía en la corona de Castilla del siglo de oro
Francisco Javier Vela Santamaría

- pág. 223
¿Es Candás una ciudad?: población y sociedad en una villa costera Asturiana en el siglo XVIII
Patricia Suárez Álvarez
- pág. 239
A mobilidade dos expostos nos séculos XVIII e XIX. Da concentração urbana nas rodas à dispersão rural pelas amas
Teodoro Afonso da Fonte
- pág. 261
Cidades, aspectos demográficos e poderes episcopais num espaço de fronteira do vice-reino de Nápoles entre os séculos XVI-XVII
Paola Nestola
- pág. 277
Famíliares do santo ofício, população e estatuto social (Évora, primeira metade de setecentos)
Bruno Lopes
- pág. 309
Mobilidades urbanas e rurais oitocentistas no Alto Minho
Henrique Rodrigues
- pág. 372
Women in times of plague: economic conditions and social change in 17th century Rome
Pierina Ferrara
- pág. 387
Mujer, inmigración e infanticidio en el Londres del siglo XVIII
Yolanda Fuentes García
- pág. 405
El despertar de Tacoronte a la historia, reparto de tierras en 1497 y fundación del nuevo poblamiento. Sus habitantes con especial referencia a los cristianos nuevos en la isla de Tenerife
José Luis Machado

CIDADES, ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E PODERES EPISCOPAIS
NUM ESPAÇO DE FRONTEIRA DO VICE-REINO DE NÁPOLES ENTRE
OS SÉCULOS XVI-XVII

Paola Nestola

(FCT, Centro de História da Sociedade e da Cultura,
Universidade de Coimbra)

Resumo

A comunicação concentra-se sobre o sistema das cidades episcopais de Terra de Otranto, província extrema do Vice-Reino de Nápoles sujeita à monarquia espanhola. Pretende em particular analisar algumas estratégias disciplinares desenvolvidas sobre o “rebanho” diocesano pelos bispos desta peculiar terra de fronteira no Mediterrâneo oriental. Em particular, consideraram-se as ações no campo sacramental, e sobretudo na administração do baptismo e nas escolhas onomásticas.

A comunicação concentra-se sobre o sistema das cidades episcopais de Terra de Otranto, província extrema do Vice-Reino de Nápoles sujeita à monarquia espanhola. Pretende em particular analisar algumas estratégias disciplinares desenvolvidas sobre o “rebanho” diocesano pelos bispos desta peculiar terra de fronteira no Mediterrâneo oriental. Em particular, consideraram-se as ações no campo sacramental, e sobretudo na administração do baptismo e nas escolhas onomásticas. Há alguns anos que a historiografia nacional e internacional destacou o novo valor conferido a este sacramento durante o Concílio de Trento (1545-1563), assim como a sua correta administração constituía o momento através do qual, por um lado, se começava a fazer parte da sociedade e por outro, permitia a incorporação na unidade mínima territorial: a paróquia (Brambilla 2000 b; Brambilla-Carvalho 2006; Gouveia 2000; Properi 2010).

As tentativas legislativas empreendidas pelos preladados entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVII podem seguir-se através das tradicionais fontes escritas, mas também através de textos iconográficos. Com efeito, esses preciosos documentos permitem trazer à luz muitos aspectos, quer do sistema cidade/ espaço diocesano/ populações; quer dos instrumentos á disposição das autoridades episcopais na batalha espiritual.

Nestes territórios do Mediterrâneo oriental marcados por múltiplas fronteiras (Bretrand-Planas, 2011), também os sacramentos constituíam a panóplia “ad pugandum contra omnes animae inimicos”, retomando as palavras do arcebispo de Brindisi Juan Falces de Santiesteban, exprimidas no seu sínodo do 1623 (*Constitutiones Synodales Ecclesiae Metropolitanæ Brundisinae*).

Em 1988 Maurice Aymard no seu prefácio do volume de Maria Antonietta Visceglia, intitulado *Territorio, feudo e potere locale, Terra d'Otranto tra medioevo ed età moderna*, frisava a variedade de caracteres identificados pela estudiosa relativamente a esta província do extremo Sul oriental de Itália (Visceglia, 1988: 9-10). Uma originalidade marcada por elementos como:

nomear eclesiásticos dotados de requisitos como fidelidade à coroa, mas também com uma preparação cultural de acordo com aqueles que eram as indicações de Trento. Um processo que levou a favorecer sobretudo elementos de origem ibérica, ou nativos do reino de Nápoles, como também com outra origem geográfica, mas sempre relacionados à policêntrica monarquia hispânica através heterogêneos vínculos pessoais ou familiares (Spedicato, 1996; Nestola 2012).

2. Nós estruturais da área peninsular

Na área do vice-reino de Nápoles a partir do 1529 a coroa dos Habsburgos podia contar com 24 sedes de *regio padroada*. O direito de nomear bispos concentrava-se na província extrema de Apúlia: das 13 dioceses que constituíam o território de Terra de Otranto, 7 faziam parte da calibrada taxonomia fixada no Tratado de Barcelona do '29'. Nomeadamente, eram 4 as cidades de estatuto maior: Matera, Taranto, Brindisi e Otranto; por outro lado, as sedes de Mottola, Gallipoli e Ugento eram igrejas sufragâneas. Lecce, por seu lado, o epicentro intertalassico da "ponta da bota" podia considerar-se um espaço híbrido: embora a cidade episcopal não fosse incluída no sistema de *regio patronato*, estava sob o controle da coroa tornando-se numa das principais cidades régias provinciais (Visceglia, 1991; Nestola, 2011 a). Com a nomeação do bispo Braccio Martelli em 1552 começou um plano de reforma da sociedade de Lecce, naquele período interessada quer por uma verdadeira explosão demográfica (Da Molin, 1995), quer por uma extraordinária concentração de sectores sociais dificilmente controláveis, entre os quais categorias itinerantes e estrangeiras, como os militares, mas também de origem turca que prestavam serviço nas famílias aristocratas da cidade (Nestola, 2008).

A superioridade demográfica de Lecce era um dado que a cidade episcopal podia ostentar não só em comparação com sedes do mesmo estatuto como Gallipoli ou Ugento (de *regio patronato*) ou Nardó (sujeita directamente à Sé Apostólica), mas também a respeito dos centros arcebisposais de Brindisi ou Taranto, e sobretudo com a metrópole de Otranto.

1) o habitat disperso entre uma miríade de aldeias e vilas que tornava difícil o controle por parte das autoridades eclesiásticas;

2) a sobreposição de grupos étnicos (gregos, albaneses e turcos) caracterizava esta porção de península cercada pelo Mar Adriático e o Mar Jónio.

Propriamente, este aspecto multi-étnico constitui um dos temas que gostaria de salientar neste congresso consagrado às relações entre cidades e demografia. Com efeito a mistura entre a população autóctone e alógena contribuiu para caracterizar a província extrema de Apúlia como um espaço híbrido, marcado por um forte cosmopolitismo, facilitado pelo trânsito de pessoas e intercâmbios culturais, bem como económicos.

Comparada com outras províncias do Sul era por dois lados banhada pelo Mediterrâneo, perto dos litorais da Albânia, e cercada pelo perigo Otomano até fins do século XVII. Era portanto, configurada como um verdadeiro território liminar.

Quando, em 26 de Fevereiro de 1648, por indigitação de Filipe IV, foi nomeado para Ugento o bispo Agostinho Barbosa, o prelado português saudava com estas palavras o seu rebanho nessa área do Mediterrâneo oriental: "Reconheço o peso do cargo recebido e não nego a minha pusilanimidade. Por isso, pela caridade de Cristo, vós que estais no limiar das virtudes estendei a mão da vossa oração a mim periclitante» (*Pastoralis Sollicitudinis Sive De Officio & Potestate Episcopi*, 1724: 31-32). O canonista, provavelmente, nessa passagem da carta em latim enviada aos representantes da cidade, aludia a uma das dimensões liminares da circunscrição de Ugento, sede perto do Jónio e sujeita à metrópole de Otranto (ASV, Arquivo Concistoriale, *Processus consistorialis*, vol. 50). Nesta sede que contava 300 fogos fiscais e 1000 animas o seu governo pastoral foi muito curto: apenas desde 10 de Maio 1649 até ao dia da morte, acontecida no dia 19 de Novembro 1649 (Barbosa Machado, 1741). Contudo, com a criação no seu espaço jurisdicional da paróquia de Gemini, o prelado vimaranesense criava a instituição onde aplicar concretamente aquilo que formulara no seu tratado *Pastoralis sollicitudinis sive de officio et potestate Parochii*, editado em Roma no 1632 (Palese, 1974; 1990).

O erudito canonista oriundo de Guimarães foi um activo exemplo da galáxia episcopal indigitada pelo rei por este espaço da monarquia. Nesta parte do Mediterrâneo os Habsburgos durante a primeira época moderna concentraram um complexo plano de militarização (Fenicia, 2003). Ao mesmo tempo, no campo espiritual, o objectivo pretendia enquadrar as populações locais servindo-se de um corpo de agentes que actuassem com uma força disciplinadora: uma verdadeira legião de vigilantes sentinelas, capazes de agir sobre crenças, cultos, práticas religiosas, hábitos (Nestola, 2008). Por isso, foi dada especial atenção aos mecanismos de escolha de candidatos episcopais a fim de

Os fogos fiscais no ano 1561 nos centros principais de Terra de Otranto

Cidades	Lecce	Taranto	Brindisi	Otranto	Gallipoli	Nardò	Ugento
Fogos (ano 1561)	6167	3865	1636	918	1383	1468	151

Fonte: M.A. Visceglia, 1988: 84-86, 92.

Como é evidente, a partir da tabela, a sede do Adriático que dava o nome à província no mesmo ano registava apenas 918 fogos. Contudo a inferioridade demográfica era compensada pela predominância jurisdicional do seu arcebispo que tinha 5 sedes sufragâneas. Uma preeminência evidente em comparação com as outras sedes arcebispaís. Mesmo em 1648 a cidade que dava o nome a toda a província registava uma visível inflexão demográfica: um valor evidente comparando quer os números dos fogos fiscais recolhidos por M.A. Visceglia, quer as cifras das fontes do Archivio Segreto Vaticano, onde os coevos processos informativos dos bispos oferecem além dos números das famílias fiscais, também o número das almas.

Fogos fiscais e número das almas nos principais centros urbanos na primeira metade do século XVII

Cidades	Lecce	Taranto	Brindisi	Otranto	Gallipoli	Nardò	Ugento
Fogos no ano 1648	4623	3000	1946	556	1285	1696	233
Fogos Processos Romanos (ASV)	5000	3000	1600	600	1500	-	300
Nº almas processos Romanos (ASV)	25000 (1639*)	12000 (1637*)	4000 (1652*)	3000 (1635*)	600 (1651*)	-	1000 (1649*)

Fonte: ano 1648, M.A. Visceglia; anos 1639, 1637, 1652, 1635, 1651, 1649, ASV, *Processus Concistorialis*, vol. 29; 30; 33 a, II; 50; 51; 52.

A preeminente cidade de Otranto era já pouco populosa em 1536, quando, contando apenas 638 fogos, foi eleito Pietro Antonio di Capua, descendente da nobreza napolitana (Gardi, 1988). Depois de ter participado nas últimas sessões Tridentinas, uma vez voltado à sua sede, o arcebispo convocou em 1567 um sínodo provincial, no qual participaram todos os sufragâneos da província, envolvendo praticamente uma grande porção da mesma.

Com estas disposições, aliás, eram colocadas as premissas para que a difusão do culto grego retrocedesse o que, no entanto, não foi decisiva. De facto, o conjunto de cultos e práticas religiosas continuou a ser exercida, como mostrado pelas sucessivas acções centrais e periféricas tomadas contra a minoria étnica (Peri, 1975). Entretanto o papel do sínodo foi evidente: por um lado, era uma tentativa de afirmação da jurisdição do metropolitano sobre os 5 sufragâneos e por outro, o arcebispo tentava impôr uma uniformidade linguística nas áreas onde se falava o grego. Este impresso legislativo homogeneizante, destinado "a fazer creer ou a agir" retomando as palavras de Roger Chartier, constituía um texto ligado a um denso emaranhado de tensões e conflitos que é necessário decifrar na sua particularidade, e que não é compreensível fora do acontecimento ou do designio subjacente à sua publicação e à sua difusão (Chartier, 1998: 15-16). Depois de alguns anos da convocação, o texto final foi (re)publicado quer no idioma erudito, o latim (1569), quer na língua vernácula (1570) (*Decreta Provincialis Synodi Hydruntinae; Decreti del concilio provinciale d'Otranto*). Desta maneira o Di Capua favorecia uma propagação das novas regras e disposições tridentinas entre o clero e a população com restrição alfabetização, e simultaneamente impunha traços linguísticos específicos onde era forte a presença de alçolotas.

O sistema de cidades episcopais incidia sobre centros marcados por muitos elementos tais como aspectos jurisdicionais, demográficos e económicos, ou por componentes geográficos que davam uma identidade específica à cidade. Dados evidentes na documentação encontrada em Madrid, no Arquivo Histórico Nacional, onde se guardam sistematicamente as consultas pela escolha dos bispos, a partir da segunda metade do '500, mas também naqueles encontrados nos fundos do Arquivo Secreto do Vaticano, onde se guardam os processos de nomeação dos bispos que legitimavam as escolhas do rei. Excepcionalmente, estes traços de natureza político-socio-institucionais encontram-se nas fontes iconográficas, como é o caso dos frontispícios de dois textos sinodais.

Elementos para-textuais muito importantes do objecto impresso, estas anteportas representam verdadeiros diágramas capazes de juntar o texto escrito no interior da obra com os iconotextos representados exteriormente. No caso dos documentos sinodais examinados, estes sintetizam muitos significados iconológicos com implicações teológicas, litúrgicas e sacramentais. Nesta última parte da comunicação focalizaremos essas potentes fontes visuais.

3. Dois frontispícios e um sacramento (de) estruturante

Em particular trataremos dos sínodos convocados em Otranto e Taranto pelos arcebispos Gaetano Coscia (*Acta Dioeceseanae Hydruntinae Synodi Sub Caietano Cosso*, 1642) e Tommaso Caracciolo (*Decreta et Statuta Synodalia per Illustrissimo et Reverendissimo Dominum Thomam Caracciolum*, 1645). São dois documentos excepcionais dos anos quarenta do século XVII, e que destacam num corpus de textos sinodais coevos que permaneceram manuscritos ou impressos. Exemplificativo é aquele do arcebispo de Brindisi que, editado em Roma em 1623, tem gravado apenas o emblema episcopal.

Os documentos em questão são particularmente interessantes porque correspondem às circunscrições diocesanas com uma elevada presença de grupos étnicos não-indígenas, como gregos e albaneses.

O mapa reconstruído por M.A. Visceglia evidencia graficamente esta articulada distribuição, no que respeita a zona do Adriático, correspondente à área sob a jurisdição de Otranto e a parte do Jónio, relativa à arquidiocese de Taranto (Visceglia, 1988:97).

A assembleia convocada em 15 de Setembro de 1641 pelo teatino Coscia, embora focada num corpo social e numa área de jurisdição mais estreita do que o sínodo provincial do Pietro Antonio de Capua, marcou uma etapa decisiva pela comunidade da diocese de Otranto e no complexo da acção legislativo-disciplinar, tomada após a visita conduzida pelo prelado entre Dezembro de 1636 e Fevereiro 1637. O frontispício é um documento iconográfico interessante (fig. 1), que permite perceber por uma parte o modelo jurisdicional considerado pela suprema autoridade daquelas sessões estruturadas; e por outra, a linguagem icónico-verbal da estratégia do teólogo com um passado de diplomata quer na corte de Sabóia, quer na de Madrid (Nestola, 2011 b). Considerando este documento uma fotografia da extraordinária liturgia, de acordo com o evidenciado por José Pedro Paiva, sobretudo focado nos sínodos ibéricos, "resulta que o lugar da inequívoca centralidade, quer cerimonial, quer decisória, que os bispos assumiam nos sínodos diocesanos, por certo contribuiu para que estes fossem mais uma peça de toda a engrenagem de reforço da afirmação episcopal, que gradualmente se foi acentuando no decurso da época Moderna" (Paiva, 2000, 240-241; Paiva, 2002).

No frontispício o prelado teatino é representado com os paramentos pontificais, posto numa posição de destaque, segurando o báculo pastoral, enquanto regula o fluxo da água que flui da fonte no centro da composição. O heterogéneo grupo colocado ao redor é a totalidade do clero diocesano, que aparece também nomeado nas primeiras páginas do texto impresso: a imagem pelo todo, constitui uma "fotografia" da milícia dos ministros que podiam administrar os decretos estabelecidos no sínodo.

Entre os muitos clérigos, é dado a distinguir algumas dignidades prontas a recolher os jorros da água originados pela sagrada chuva. Provavelmente uma referência ao momento crucial do rito baptismal *ad infusionem*, ao qual eram chamados sobretudo os arquipresbíteros. A estes ministros, era realmente delegada a *cura animarum* das paróquias da cidade de Otranto, assim como do espaço diocesano. Nomeadamente de S. Pietro in Galatina, Soleto, Corigliano, Castrignano, Muro, Maglie, Palmariggi, Cursi, Martano, Sogliano, Melpignano, Castrignano, Cutrofiano, Scorrano, Carpignano, Moricino, Bagnolo, Minervino, Sanarica, Botrugno, S. Cassiano, Specchia, Giuggianello, Cannole, Serrano, Zollino, Galugnano, S. Cesario, S. Donato, Caprarica, Martignano, Castri, Barbarano, Calimera, Giurdignano, Casamassella, Surano, S. Eufemia, Uggiano. A comparação do texto com a lista no interior do documento, permite seguir de fato, a territorialização do espaço diocesano dividido entre "terre", "casali" e "castelli". Aglomerados de diferente concentração demográfica, bem como jurídico-estruturais, constituem espaços humanizados visíveis no fundo da gravura.

Figura 1 . *Acta Dioeceseanae Hydruntinae Synodi sub Caietano Cosso Archiepiscopo, Lycii apud Petrum Michaellem, 1642*



Para além da componente humana, sem dúvida, a água é outra protagonista da cena. Valor primordial e essencial numa sociedade fundamentalmente agrícola, é resumido neste elemento sagrado um número extraordinário de conotações simbólicas.

Primeiro assume o papel evocado na advertência extraída do Deuteronomio “Concescat ut pluvia doctrina”: a água, signo da graça de Deus, que desceu do céu, torna-se uma fonte de vida, num meio da purificação e num centro de regeneração. Com efeito o documento mostra a matéria “remota” do primeiro sacramento, segundo as explicações das constituições sinodais. Baseada sobre uma assimetria reconfortante a chuva tornava-se num elemento sacralizante, capaz de regenerar e purificar aquele espaço.

Aliás, era uma representação que evocava alguns dos elementos identitários que marcavam este contexto articulado onde era evidente a sensação de diferenciação e promiscuidade. Poderoso o conteúdo da representação topográfica que mostrava um ambiente religiosamente misto e de convivência entre grupos que se queria regenerar.

Outra reflexão que se pode fazer sobre a intenção desta imagem: naqueles anos, Gaetano Thiene ainda não era plenamente canonizado e, portanto, não é possível saber se foi apenas uma coincidente homonímia entre o Gaetano titular da diocese recrutado na ordem dos teatinos e o fundador da Congregação dos Clérigos Regulares, ou se tivesse um propósito específico, destinado a orientar as futuras escolhas nominativas. É um aspecto que não podemos saber na ausência de uma aprofundada pesquisa onomástica nesta área. Contudo, analogamente a este iconotexto, também aquele do teatino titular de Taranto mostra este elemento da demografia celeste da mesma ordem dos clérigos regulares.

Aliás, os dois confrades deram particular ênfase disso às disposições sobre a imposição onomástica no capítulo relativo ao sacramento do baptismo, de maneira que não se dessem mais de dois nomes, derivados de santos ou santas e sem serem escolhidos entre “gentilia ou prophana”.

Com efeito, a diocese de Otranto era conotada por um complexo património antroponímico. Exemplificativos são os nomes dos eclesiásticos que no sínodo: alguns têm nomes de origem grega ou derivados pela tradição hagiográfica medieval. Outros descendiam da tradição onomástica clássica romana como Ottaviano (Sogliano), outros evidenciam uma derivação oriental como Nicola ou Diomedea, ou excentricamente zoomorfa como no caso de Lupo (Surano e Uggiano). Por isso neste conjunto antroponímico queriam inserir-se propriamente as indicações estabelecidas pelos prelados recrutados na nova ordem pós-tridentina, incidindo num sistema estriado por contaminações e tradições diferentes, por heróis da época clássica grega ou latina, por santos orientais ou de antiga devoção cristã (Mitterauer, 2001; Spedicato 2008).

Naquelas cerimónias sinodais, enfatizava-se nomeadamente a delegação na administração do baptismo a nível paroquial. Como temos posto em evidência desde do princípio deste itinerário, efectivamente a articulação dispersa do território provincial não facilitava a acção dos bispos, os quais, com aquela extraordinária liturgia, intentavam controlar e regulamentar o primeiro sacramento de inclusão na sociedade civil e religiosa.

Para concluir esta comunicação, é evidente que, através da acção legislativa dos bispos, é possível examinar aspectos demográficos específicos dos principais centros urbanos da província de fronteira, aberta ao Mediterrâneo oriental.

Na primeira metade do século XVII os arcebispos teólogos como Falces em Brindisi, os teatinos Caracciolo em Taranto e Coscia em Otranto deram uma contribuição fundamental neste implante arquitectónico, regulamentando através de documentos escritos e figurativos aquela forma especial de inclusão na sociedade terrena e celeste. Por sua parte, mesmo o canonista vimaranense e bispo de Ugento, Agostinho Barbosa, transmitiu no seu tratado as premissas para que o ato de escolha do nome tivesse um papel marcante entre os ofícios e os poderes dos párocos.

Pesquisas futuras focalizadas sobre os registos paroquiais permitirão perceber até que ponto aquele rito constituía um poderoso momento de inscrição de cada novo nato entre os habitantes de um território sujeito a uma autoridade central.

Fontes e Bibliografia

- Acta Diocessanae Hydruntinae Synodi Sub Caietano Cosso Archiepiscopo*, 1642, Petrum Michaellem, Lycii [uma copia deste texto em Biblioteca "Roberto Caracciolo" Lecce];
- Agostinho Barbosa*, in Barbosa Machado D., 1741, *Bibliotheca Lusitana*, Antonio Isidoro da Fonseca, Lisboa, vol. I, pp. 54-60;
- Arquivo Histórico Nacional Madrid, *Estado*, leg. 2042; leg. 2069;
- Arquivo Segreto Vaticano (ASV), Arquivo Concistoriale, *Processus consistorialis*, vol. 29, cc. 62 r-90 r (a.1639); vol. 30, cc. 880 r-896 r (a.1637); vol. 33 a, II, cc. 681r-693 v (a. 1635); vol. 50, cc. 932 r-943 v (a. 1649); vol. 51, cc. 780r-793 v (a. 1652); vol. 52 cc. 129r-142v (a. 1651);
- Barbosa, A., 1665 [1ª ed.1632], *Pastoralis Sollicitudinis sive de Officio et Potestate Parochi tripartita descriptio*, Filippo Bordini, Lione [uma copia deste texto em Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa];
- Barbosa A., 1724 [1ª ed. 1623], *Pastoralis Sollicitudinis Sive De Officio & Potestate Episcopi*, Anisson & Possuel, Lione, pp. 31-32 [uma copia deste texto em Biblioteca "Roberto Caracciolo", Lecce];
- Bossey, J., 1990 [1ª ed. ingl. 1985], *A Cristandade no Ocidente 1400-1700*, Edições 70, Lisboa, pp. 29-34;
- Brambilla, E., 2000 a, *Battesimo e diritti civili dalla Riforma protestante al Giuseppinismo*, «*Rivista Storica Italiana*» CIX, II: 602-627;
- Brambilla, E., 2000 b, *Alle origini del Sant'Uffizio. Penitenza, confessione e giustizia spirituale dal medioevo al XVI secolo*, Il Mulino, Bologna, pp. 39-44;
- Brambilla E. - Carvalho J., 2006, Religion and Citizenship from Ancien regime to the French Revolution, in S.G. Ellis- G. Hållanarson - A. K. Isaacs (eds.), *Citizenship in historical perspective*, Edizioni Plus, Pisa University Press, pp. 35- 60;
- Chartier, R., 1998, [1ª ed. fr. 1984], A cultura do objecto impresso, in Idem (ed.), *As Utilizações do Objecto Impresso*, Difel, Viseu, pp. 9-21;
- Constitutiones Synodales Ecclesiae Metropolitanae Brundusinae primae et secundae synodi in unam & aliarum septem diversarum...*, 1623, Alfonso Ciaccone, Roma [uma copia deste texto em Biblioteca Arivescovile "Annibale de Leo", Brindisi];
- Da Molin G., 1995, La popolazione, i mestieri, la famiglia, in B. Pellegrino (ed.), *Storia di Lecce dagli Spagnoli all'Unità*, Laterza, Roma-Bari, pp. 419-422;
- Decreta et Statuta Synodalia per Illustrissimo et Reverendissimo Dominum Thomam Caracciolum Clericum Reglarem Archiepiscopum Tarentinum in Dioecessana Synodo Habita et Promulgata Anno Domini MDCXXXII*, 1645, Petrum Michaellem et Nicolam Franciscus Rubeum, Lycii [Uma copia deste texto em Biblioteca Provinciale "Nicola Bernardini", Lecce];
- Decreta Provincialis Synodi Hydruntinae, Praesidente in ea Illustri et Reverendissimo Petro Antonio de Capua*, 1569, Iulium Accoltum, Romae; [Uma copia deste texto em Bibliothèque Sainte Geneviève, Paris];
- Decreti del concilio provinciale d'Otranto nel quale fu presidente Pietro Antonio di Capua...*, 1570, Giuseppe de gli Angeli, Roma [Uma copia deste texto impresso em Bibliothèque Sainte Geneviève Paris];
- Fenicia G., 2003, *Il Regno di Napoli e la difesa del Mediterraneo nell'età di Filippo II (1556-1598). Organizzazione e finanziamento*, Cacucci, Bari;
- Gardi, A., 1988, Pietro Antonio di Capua (1513-1578). Primi elementi per una biografia, "*Rivista di Storia e Letteratura Religiosa*", 24:262-310;
- Gouveia, A., 2000, A sacramentalização dos ritos de passagem, in J. Marques - A. Gouveia (eds.) *História Religiosa de Portugal*, Circulo de Leitores, Lisboa, vol. II, pp. 529-557;
- Les sociétés de frontière de la méditerranée à l'atlantique (XVIe- XVIIIe siècle)*, 2011, Bertrand M.- Planas N. (coords.), Casa de Velázquez, Madrid;
- Mitterauer, M., 2001, *Antenati e santi. L'imposizione del nome nella storia europea*, Einaudi, Torino;
- Nestola P., 2008, *I grifoni della fede. Vescovi-inquisitori in Terra d'Otranto tra '500 e '600*, (Presentazioni di M. Spedicato e di J.P. Paiva), Congedo, Galatina, pp.178-224;
- Nestola P., 2011 a, Una provincia del Reino de Nápoles con fuerte concentración regalista: Tierra de Otranto y el entramado de la geografía de regio patronato entre los siglos XVI y XVII, *Cuadernos de Historia Moderna*, 36: 17-40;
- Nestola P., 2011 b, "Un Picciolo Ramo dell'Arbore Teatino" tra l'episcopato di Terra d'Otranto in età viceregale: distribuzione e iconografica incidenza, "*Regnum Dei- Collectanea Theatina*", LXXVII: 3-60;
- Nestola P., 2012, Incorporati tra i confini della monarchia cattolica: vescovi portoghesi, spagnoli e italiani nel vicereame di Napoli durante l'unione dinastica, "*Revista de História das Idéias*", 33: 1-64;
- Paiva, J.P., 2000, Sinodos diocesanos, in C. Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. P-V, Circulo de Leitores, Lisboa, pp. 240-241.
- Paiva, J.P., 2002, Public ceremonies ruled by the ecclesiastical-clerical sphere: a language of political assertion (16th- 18 th- centuries), in Idem, (ed.) *Religious ceremonials and images: power and social meaning (1400-1750)* Palimage, Coimbra, pp. 415- 425;
- Palese S., 1974, Sinodi diocesani e visite pastorali della diocesi di Alessano e di Ugento dal Concilio di Trento al Concordato del 1818, "*Archivio Storico Pugliese*", 27:453-499;
- Palese S., 1990, Le diocesi del basso Salento nel '600: aspetti pastorali e attività religiosa, in B. Pellegrino - M. Spedicato (coords.), *Società, congiunture demografiche e religiosità in Terra d'Otranto nel XVII secolo*, Congedo, Galatina, pp. 201-227;
- Peri, V., 1975, *Chiesa romana e "rito" greco. G. A. Santoro e la Congregazione dei Greci (1566-1596)*, Paideia, Brescia;
- Prosperi, A., 2002, L'identità individuale nell'età confessionale, in P. Prodi e W. Reinhard (eds.), *Identità collettive tra medioevo ed età moderna*, CLUEB, Bologna, pp. 169-186.
- Prosperi, A., 2006, *Battesimo e identità cristiana nella prima età moderna*, in IDEM (eds.), *Salvezza delle anime, disciplina dei corpi. Un seminario sulla storia del battesimo*, Edizioni della Normale, Pisa, pp. 1-65.
- Prosperi, A. 2010 [1ª ed. It. 2005], *Dar a alma. História de um infantício*. Companhia das Letras, São Paulo, pp. 174-202.
- Spedicato M., 1996, *Il mercato della mitra. Episcopato regio e privilegio dell'alternativa nel regno di Napoli in età spagnola (1529-1714)*, Cacucci, Bari;
- Spedicato, M., 2008, L'identità plurima: i santi patroni nel Salento moderno e contemporaneo, «*L'Idomeneo*», 10: 145-155;

Squeo, A., 1998, Marcatori di identità sociali: nomi di persona e controforma nella Terra di Palo, in B. Salvemini (ed.), *Gruppi ed identità sociali nell'Italia di età moderna. Percorsi di ricerca*, Edipuglia, Bari, pp. 111-142;

Visceglia, M.A., 1988, *Territorio, feudo e potere locale, Terra d'Otranto tra medioevo ed età moderna*, (Prefazione di M. Aymard), Guida, Napoli;

Visceglia, M.A., 1991, Terra d'Otranto, dagli Angioini all'Unità, in G. Galasso e R. Romeo (coords.), *Storia del Mezzogiorno*, VII, *Le Province*, Edizioni del Sole, Napoli: 333-468.